

POLÍTICAS CURRICULARES NO BRASIL: DE VOLTA AO COMEÇO

Silvane dos Passos Barbosa dos Santos Araújo¹

Antonia Suely Oliveira da Paz²

Renan Cabral Gomes e Silva³

Thaís Silva Trindade das Mercês⁴

INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro, considerando apenas as instituições públicas, conforme define Saviani (2008), tem a prerrogativa de definir normas próprias que obrigam a todos os seus integrantes a desenvolver as atividades pedagógicas de acordo com a orientação destas normas. Para tanto, devemos considerar que o sistema educacional defronta-se com desafios que são: econômicos, pois é possível perceber resistências à manutenção do sistema público; políticos, devido as reformas na educação acontecerem como política de governo e não de Estado; ideológicos, com ideias e interesses contrários à consolidação do sistema nacional de educação; e legais, possíveis de perceber na resistência à aprovação de legislações que promovam a organização do ensino para a institucionalização do sistema de educação nacional. (SAVIANI, 2008.)

Como elemento fundamental do sistema educacional, as políticas de currículo, que são oriundas dos embates produzidos pelos desafios supracitados, em diferentes contextos, deveriam ser orientadas pelas demandas dos estabelecimentos de ensino e elaboradas a partir das necessidades que surgem do processo de ensino e aprendizagem. Lopes (2006a), evidencia a importância das questões que surgem nas escolas serem consideradas na elaboração dos currículos.

No entanto, como é possível perceber em diversas análises sobre a questão das políticas curriculares (SACRISTÁN, 2000; LOPES, 2006a, APPLE, 1994), as determinações políticas e econômicas assumem o direcionamento das políticas. Considerando o momento atual, tais análises tornam-se cada vez mais relevantes na medida em que percebemos um retorno ao modelo de currículo mínimo presente a partir da implementação da Base Nacional Comum Curricular, no ano de 2017.

Sendo assim, nosso objetivo é demonstrar que as políticas curriculares continuam sendo elaboradas de acordo com os interesses políticos e econômicos, objetivando o controle social e a formação de indivíduos que atendam tais interesses.

Dessa forma, iniciaremos nossa discussão a partir dos governos militares, em que nos deparamos como primeiro modelo de currículo comum instituído pelo Estado, e denominado Currículo mínimo, para evidenciarmos os embates que surgem no período de redemocratização do Brasil, e a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Trataremos, também, das críticas feitas a este último documento, assim como o contexto que se estabelece, para finalmente considerarmos as novas discussões sobre o documento que representa a política de currículo atual, Base Nacional Comum Curricular.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

¹ Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal do Pará - UFPA, passossilvane@gmail.com;

² Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal do Pará - UFPA, suelydapaz@hotmail.com;

³ Mestrando do Curso de Educação da Universidade Federal do Pará - UFPA, renancabrall@yahoo.com.br;

⁴ Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal do Pará - UFPA, profa.thaismercês@gmail.com.

Com o objetivo de reunir informações e dados que possibilitassem a discussão do tema proposto realizamos uma pesquisa bibliográfica tanto na biblioteca física da universidade quanto em sites em busca de livros e artigos que nos possibilitasse traçar um panorama das políticas curriculares desenvolvidas, ao longo dos anos, no sistema educacional brasileiro.

DESENVOLVIMENTO

Currículo mínimo no Período da ditadura civil-militar:

O Currículo Mínimo, no período ditatorial brasileiro, foi pensado estrategicamente como projeto ideológico do Estado. A escolha desse recorte histórico tem relação com um momento singular sobre a educação brasileira, pois nesse período, foi fixado um convênio entre o MEC e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (MEC-USAID), a partir desse convênio ocorreram algumas mudanças substanciais nas políticas curriculares, uma delas é que o Estado passa a entender que a Educação deveria ser ofertada pelo poder público, antes poderia ser em casa e na escola, isso tem relação com princípios ideológicos, ou seja, o Estado deveria controlar o que deveria ser ensinado.

A partir desse momento o Estado por meio da Lei nº 5.692/1971 concebeu a educação brasileira sob a égide da mentalidade “Voltada à importação de técnicas de ensino modernizante privilegiando a aprendizagem em si e isolando-a de seu contexto social” (DANTAS, 2015, p.98).

A política curricular desdobrada na Lei nº 5.692/1971 concebeu a formação do magistério como essencial para a concretização do controle ideológico da sociedade, desta forma o planejamento curricular, da segunda metade do século XX, contribuiu para a consolidação de uma formação docente mais técnica com regras a serem seguidas para o alcance dos produtos projetados pela política.

A Lei nº 5.692/1971 estipulou que o curso normal passaria a ser considerado como espaço de habilitação para o magistério de 1º a 4º série do Ensino do 1º grau, para tal empreendimento, o Currículo Mínimo deveria estar a serviço das pretensões do regime instalado no Brasil. Portanto, a intenção das políticas educacionais no regime Civil-militar era formar professores despolitizados e moralizadores.

As políticas curriculares intencionavam melhorar os conteúdos e as técnicas de ensino, isso com uma formação docente mais curta, de forma que harmonizasse a mentalidade tecnocrata dos empresários com a repressão do regime ditatorial. Assim, a grade curricular estipulou as prioridades no ensino, no qual as disciplinas ligadas aos Estudos Sociais, com quatro disciplinas, tiveram menos carga horária fragmentando o conhecimento histórico-geográfico evidenciando o caráter ideológico do regime vigente.

Segundo Lopes e Macedo (2006), acreditava-se que os conteúdos das disciplinas seriam capazes de promover o desenvolvimento cognitivo dos discentes. Essa ideia tem relação com os cursos de bacharelado que dominavam as discussões sobre os rumos da educação brasileira. De acordo com Santos e Pereira (2016) “o chamado Currículo Mínimo, por meio do qual se determinavam até mesmo os nomes de disciplinas obrigatórias e suas respectivas cargas horárias, foi o mecanismo utilizado na época para padronizar não só os currículos dos cursos de formação de professores (as licenciaturas), mas também de todos os demais cursos de graduação do país” (SANTOS; PEREIRA, 2016, p. 289-290).

Portanto, utilizando a concepção de Sacristán (2000) o Currículo Mínimo configura-se como parte importante para o controle pedagógico, por intermédio de um conjunto de conhecimentos a serem superados pelos alunos, com um conjunto de atividades planejadas e os resultados da aprendizagem. Instrumentalizando mais e discutindo menos os aspectos culturais

e sociais do país e simplificando o currículo numa vertente tecnicista, ou seja, a prescrição nos currículos mínimos revela um projeto de cultura comum.

Contudo, a ineficiência das políticas curriculares foram marcas desse período, pois não podemos deixar de considerar que o Currículo Mínimo se tornou ineficaz, porque o modelo de vigilância sobre as práticas dos professores não se concretizou e nem norteou o fazer pedagógico. Assim o campo curricular é engendrado no cruzamento de confluência que desdobra um currículo oficial em um local.

Com o processo de redemocratização, as Políticas Curriculares sobre a educação brasileira são redimensionadas com a constituição de 1988 desdobrando-se na Lei nº 9.394/1996 (Leis de Diretrizes e bases da Educação Nacional) e concomitantemente com os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais).

Parâmetros Curriculares Nacionais e BNCC

Os Parâmetros Curriculares Nacionais lançados no governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso, na década de 90, num contexto de inserção do país num projeto de currículo nacional e globalização das políticas educacionais sofreu duras críticas tendo como consequência a retirada de seu caráter de obrigatoriedade, pelo Conselho Nacional de Educação, mas manteve o caráter prescritivo, na medida em que privilegiou os saberes acumulados, traduzidos nas disciplinas escolares tradicionais. Apesar das críticas sofridas e do caráter não obrigatório, os Parâmetros Curriculares Nacionais ganharam espaço tanto nas escolas quanto nas discussões pedagógicas. Os livros didáticos enviados para as escolas carregavam o selo “Edição reformulada de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais” levando os professores a considerá-lo nos seus planejamentos curriculares, bem como a grande produção de teses e dissertações no âmbito acadêmico.

Tem em comum com os Currículos Mínimos a ideia de uma hegemonia nacional. Seu diferencial residiu no fato de abordar questões culturais a partir de uma perspectiva da pluralidade cultural ou diversidade, explicitado em seu caderno intitulado “Temas transversais” que abordavam temas pouco ou nunca trabalhados nas escolas tais como: meio ambiente, orientação sexual, saúde e ética. Todavia, o fato de terem sido enfatizados no documento, não garantiram a sua introdução nos currículos vividos pelas escolas.

Apesar de terem sido criados no governo FHC, os PCN permaneceram durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Lopes (2004), lança a questão “*por que as políticas curriculares se mostram, até o momento, sem rupturas com as políticas curriculares do governo Fernando Henrique Cardoso?*” Atribui isso ao fato de FHC ter permanecido na presidência durante dois mandatos, tempo suficiente para enraizar concepções favoráveis a esta permanência. Contudo, foi no governo de Lula e Dilma, que o Brasil deu um importante passo no sentido da igualdade e equidade de acesso à educação com a implementação da Lei 10.639/2003 e posteriormente a Lei 11.645/2008.

Hoje, 2018, nos encontramos as voltas com uma nova política curricular denominada de Base Nacional Comum Curricular prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), no seu artigo 26⁵ que, alicerçada por um discurso de qualidade na educação, promete ser a solução dos problemas educacionais, conforme a meta de número 07 do Plano Nacional de Educação, sancionada pela presidência da república no ano de 2014. Sua versão preliminar foi publicada em 2015 para apresentação de sugestões pela sociedade. Em 2016 foi apresentada a segunda versão já no contexto do governo “ilegítimo” de Michel Temer.

⁵ Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei n.º 12.796, de 2013.)

Em 20 de dezembro de 2017 tornou-se o documento norteador das construções de currículos para a Educação Básica.

Apresenta semelhanças e diferenças em relação tanto aos Currículos Mínimos quanto aos PCN's. As semelhanças residem no fato da permanência da idéia de nação bem como da prescrição, mas diferente dos PCN's, apresenta caráter normativo sendo referência para as avaliações externas que medem o desempenho das escolas públicas e privadas do país. Outro ponto a destacar é o fato de que adotou o termo guarda-chuva “diversidade” para tratar de temas culturais, sem, no entanto, especificar a que “diversidades” está se referindo. Seus defensores alegam que tal documento garantirá conteúdos essenciais ao desenvolvimento educacional, porém, seus opositores atestam a inviabilidade da proposta dada a dimensão do país e a variedade de pessoas nele existente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Levando em consideração que currículo pode se referir a guias curriculares propostos pelas redes, aquilo que acontece na sala de aula, a grade curricular com disciplinas/atividades e carga horária, os planos de ensino, ao conjunto de ementas, programa de disciplinas, experiências propostas ou vividas pelos alunos, ou seja, que não há consenso, pois para esta definição é imprescindível estar localizado historicamente (LOPES, MACEDO, 2011; SACRISTÁN, 2000), logo, no decorrer deste texto fizemos uma discussão das políticas de currículo a partir dos marcos históricos que os define e a concepção de currículo presente nelas.

Política de Currículo, para Lopes (2006b) trata de uma dimensão da política que se refere a atos e instituições constituídos na tentativa de regular a atividade curricular de professores e alunos. Esta dimensão do currículo envolve todos os atores sociais da educação na produção desta política, enquanto exercício de decisão, em que cada decisão é um ato de poder.

Sendo assim, as políticas curriculares são processos de negociação complexos, nos quais momentos como a produção dos dispositivos legais, a produção de documentos curriculares e o trabalho dos professores devem ser entendidos como associados, pois não podemos negar que as políticas para educação são uma condicionante da realidade prática da educação que é incorporado aos discursos, como por exemplo as avaliações de larga escala (SACRISTÁN, 2000). Embora as políticas curriculares e práticas pedagógicas se desenvolvam como instâncias polarizadas, mesmo quando a política é de implementação de currículo comum (LOPES, 2006a).

A prescrição de um currículo mínimo e diretrizes curriculares para um sistema educativo, supõe um projeto de cultura comum. Em uma sociedade autoritária expressa o modelo de cultura que o poder impõe e em uma sociedade democrática deve aglutinar os elementos da cultura comum que formam o consenso democrático sobre necessidades culturais comuns e essenciais dessa sociedade. (SACRISTÁN, 2000)

Lopes (2006b), coloca-se contra o currículo comum, pois afirma que isto objetiva a incorporação “da pretensão de homogeneidade” (LOPES, 2006b, p. 133-134), mas considera “a possibilidade de definir esse corpo único de saberes e o fato de ser ele fundamental à invenção das instituições sociais e/ou ao entendimento dos códigos necessários à compreensão dessas instituições” (LOPES, 2006b, p. 134).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as análises realizadas, é possível compreender que as políticas curriculares, ainda, estão sendo elaboradas em modelos que atendem os interesses políticos e

econômicos da sociedade do capital, objetivando o controle social e a formação de indivíduos que estejam aptos a desenvolverem papéis e funções sociais que atendam tais interesses.

Tomamos como recorte histórico nesta discussão desde a implementação dos Currículos Mínimos, no período ditatorial, até a proposta curricular expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais, no contexto do de um governo democrático, aportando, na atualidade da proposta de uma Base Nacional Comum Curricular.

Esta última, buscando mobilizar a sociedade com uma imagem curricular que resgataria e aprimoraria o melhor de cada momento histórico, agregou em seu discurso a ideia de inovação, presente nos Parâmetros, juntamente com a ideia de obrigatoriedade para a universalização e direito, presentes nos Currículos Mínimos.

Considerando que o currículo, ainda que por seu aspecto desmontável e mutante dentro das ações pedagógicas no chão da escola, é um território de disputas de poder, pois ampliam as possibilidades de formação de sujeitos de sociedade. Neste sentido, a atual proposta enfrenta duras críticas dos diversos setores e sujeitos imbricados no campo da educação. Críticas que vão desde a exclusão de vozes que deveriam ser ouvidas à manipulação de formas e organização de conteúdos expressos na base.

Consideramos que o documento hoje expresso, retoma de forma potente a marginalização dos saberes populares e reafirma valores excludentes de uma sociedade que se volta para produção do capital, ainda que maquiada como inclusiva e pautada em princípios de equidade.

Forçar estes textos, transformar e ressignifica-los na prática docente, emergem como lugar de esperança e resistência para uma educação não populista e sim popular, com valores morais e acima de tudo éticos, inclusivos, na esperança de uma sociedade mais justa.

No entanto, ontem, assim como hoje, as políticas de currículo, ainda, ignoram aqueles que estão na “linha de frente” do processo: os professores. A estes, assim como ontem, hoje cabe o papel de executor de documentos elaborados por profissionais que, sequer, conhecem o cotidiano da sala de aula e, portanto, incapazes de construir um documento que se aproxime da realidade dos estudantes da escola pública brasileira.

Palavras-chave: Políticas de currículo; Educação; Currículo mínimo, PCN, BNCC.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. A Política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Falvio B.; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1994, p. 59-92.

LOPES. A. C.; MACEDO, E. Política de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez, 2006.

LOPES, A. C. Discursos nas políticas de currículo. Revista Currículo sem Fronteiras, v. 6, n. 2, p. 33-52, Jul/Dez., 2006a.

LOPES. A. C.; MACEDO, E. Política de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez, 2006b.

LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth. Teorias de Currículo. São Paulo, Cortez. 2011.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas Curriculares: continuidade ou mudança de rumos? Revista Brasileira de Educação. Maio /Jun /Jul /Ago 2004 No 26

SACRISTÁN, J. Gimeno. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. 3ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Tentativas de Padronização do Currículo e da Formação de Professores no Brasil. Cadernos Cedes (Unicamp) Impresso, V. 36, P. 281-300, 2016.

SAVIANI, Dermeval. Educação brasileira: estrutura e sistema. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.